



**PEDAGOGIA FEMINISTA E ANTIRRACISTA:
NOTAS SOBRE PRÁTICAS ESPORTIVAS E O EMPODERAMENTO DA
JUVENTUDE NA FAVELA**

**FEMINIST AND ANTI-RACIST PEDAGOGY:
NOTES ON SPORTS PRACTICES AND YOUTH EMPOWERMENT IN
THE FAVELA**

**PEDAGOGÍA FEMINISTA Y ANTIRRACISTA:
NOTAS SOBRE LAS PRÁCTICAS DEPORTIVAS Y EL
EMPODERAMIENTO JUVENIL EN LA FAVELA**

Mariana Cristina Borges Novais


<https://orcid.org/0000-0001-6638-0729> 


<http://lattes.cnpq.br/8082770366962013> 

Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG – Brasil)

maribnovais@hotmail.com

Ludmila Mourão


<https://orcid.org/0000-0003-0893-7511> 

<http://lattes.cnpq.br/7405033216117712> 

Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG – Brasil)

mouraoln@gmail.com

Ayra Lovisi


<https://orcid.org/0000-0003-4580-5526> 


<http://lattes.cnpq.br/5084019401607890> 

Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG – Brasil)

ayralovisi@yahoo.com.br

Bárbara Aparecida Bepler Pires

<https://orcid.org/0000-0002-1754-5053> 

<http://lattes.cnpq.br/6708555548850152> 

Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG – Brasil)

barbarabepler@gmail.com

Resumo

Meninas e jovens mulheres majoritariamente negras, vivem em condições vulneráveis nas favelas, com privação de acesso a direitos, vítimas de violências e opressões interseccionadas e forjadas na matriz cisheteronormativa, capitalista, patriarcal e racista. Para prevenção e eliminação das violências de gênero, o Programa Uma Vitória Leva à Outra (UVLO) - meninas empoderadas pelo esporte – visa promover o empoderamento dessa parcela da população. Este estudo qualitativo foi desenvolvido na Cidade de Deus, Rio de Janeiro, segundo os pressupostos da Antropologia por Demanda, por meio de escuta etnográfica, observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Descrevemos como o currículo do UVLO subjetiva as participantes no tocante ao empoderamento mediante uso da pedagogia feminista, antirracista e multiletrada. A escuta ativa e o encontrar as/das vozes em ambiente seguro, somadas às vivências com o esporte, as práticas corporais e outras linguagens contribuem efetivamente para o processo de empoderamento nas dimensões cognitiva, psicológica e política.

Palavras-chave: Feminismo; Esporte; Empoderamento; Gênero.



Abstract

Girls and young women, mostly black, live in vulnerable conditions in favelas, deprived of access to rights, victims of violence and oppression intersected and forged in the cisheteronormative, capitalist, patriarchal and racist matrix. To prevent and eliminate gender-based violence, the One Victory Leads to Another Program (UVLO) - girls empowered by sport - aims to promote the empowerment of this portion of the population. This qualitative study was developed in Cidade de Deus, Rio de Janeiro, according to the assumptions of Anthropology on Demand, through ethnographic listening, participant observation, semi-structured interviews and documentary analysis. We describe how the UVLO curriculum subjects participants in terms of empowerment through the use of feminist, anti-racist and multiliterate pedagogy. Active listening and finding voices in a safe environment, combined with experiences with sport, body practices and other languages, effectively contribute to the process of empowerment in the cognitive, psychological and political dimensions.

Keywords: Feminism; Sport; Empowerment; Gender.

Resumen

Niñas y mujeres jóvenes, en su mayoría negras, viven en condiciones vulnerables en favelas, privadas de acceso a derechos, víctimas de violencia y opresión entrecruzadas y forjadas en la matriz cisheteronormativa, capitalista, patriarcal y racista. Para prevenir y eliminar la violencia de género, el programa Una victoria lleva a otra (UVLO), niñas empoderadas por el deporte, tiene como objetivo promover el empoderamiento de esta parte de la población. Este estudio cualitativo se desarrolló en Cidade de Deus, Río de Janeiro, según los presupuestos de la Antropología a la Demanda, a través de escucha etnográfica, observación participante, entrevistas semiestructuradas y análisis documental. Describimos cómo el plan de estudios de la UVLO somete a los participantes en términos de empoderamiento mediante el uso de una pedagogía feminista, antirracista y multialfabetizada. La escucha activa y la búsqueda de voces en un entorno seguro, combinadas con experiencias con el deporte, prácticas corporales y otros lenguajes, contribuyen eficazmente al proceso de empoderamiento en las dimensiones cognitiva, psicológica y política.

Palabras clave: Feminismo; Deporte; Empoderamiento; Género.

INTRODUÇÃO

"Tenho 10 anos, quero brincar, quero correr, dançar, cantar e estudar. Levanto a voz em memória de todas as meninas e mulheres que tiveram medo e que já não podem fazer o mesmo. Não queremos que voltar para casa seja um privilégio" (MELISSA GUI SAR, 2022, grifo nosso).

A fala que viralizou em junho de 2022 lança luz e acende alerta para o quanto meninas e mulheres têm cotidianamente alguns de seus direitos mais básicos negados; Melissa afirma veementemente que "Viver com medo não é viver!". O excerto em destaque é parte do discurso proferido no Parlamento Infantil do México reivindicando justiça pelas vítimas de feminicídio e violências de gênero no país. A indignação que impulsiona o levantar de sua voz tem origem nos altos índices e nas múltiplas formas de violências praticadas contra as mulheres, ceifando suas vidas ainda que nem sempre promovam sua morte física; de acordo com as Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres:

[...] a violência de gênero é qualquer ato de violência baseado na pertença ao sexo feminino que resulte ou possa resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos, dano ou sofrimento à mulher, bem como ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorram na vida pública ou privada (ONU MULHERES, 2016).





No Brasil, a edição de 2023 do Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios da população em geral do país apresentou queda, a de feminicídio cresceu 0,3% de 2020 para 2021 (IPEA, 2023). Alguns marcadores sociais da diferença, como orientação sexual e raça, exponenciam essas taxas; não tem sido raro nos depararmos com notícias como o lesbocídio cometido no Maranhão no final de 2023 de forma cruel e odiosa contra a jovem Ana Caroline Sousa Campêlo, de 21 anos. No tocante à raça, dados do mesmo Atlas da Violência supracitado informa que o risco de uma mulher negra sofrer violência letal é 1,8% maior quando comparado ao de uma mulher não negra. Quando raça e orientação sexual e/ou identidade de gênero divergentes das ditas inteligíveis pela matriz branca cisheteronormativase interseccionam (BUTLER, 2000; DAVIS, 2016), os dados sobre as violências evidenciam a maior vulnerabilidade de pessoas negras, jovens e que performam identidades atreladas ao que se estabeleceu socioculturalmente como “feminino”. A cada 100 mil habitantes, a taxa de homicídios de mulheres negras é de 4,3 enquanto os homicídios das mulheres não negras registra-se em 2,4; ao traçar o perfil de pessoas homossexuais e bissexuais vítimas de violência por faixa etária, 59,3% daquelas que se reconhecem homossexuais têm entre 10 e 29 anos; das que se reconhecem bissexuais 79,3% também apresentam mesma faixa etária. Dois dos índices mais alarmantes sobre vítimas de violência por orientação sexual/identidade de gênero/raça são em relação às mulheres trans e travestis negras: as primeiras concentram 58% contra 35% das brancas e as travestis negras totalizam 65% contra 31% das brancas (IPEA, 2023).

O histórico discurso de ódio às diferenças de classe, raça e gênero materializou o que já descrevia Grada Kilomba (2012) sobre a condição específica em que vivem as mulheres negras, às quais, por não serem brancas e nem homens, tem-lhes destinado um lugar muito difícil, para não dizer hostil, na sociedade supremacista branca. Em nosso país, é posto que a população negra é maioria nos territórios favelizados (BERTH, 2023) e cabe sublinhar os 34,5% de pessoas da região urbana que vivem em assentamentos precários; destes lares, a maioria têm à frente mulheres negras (PETRONE, 2019). A pobreza tem, pois, localização geográfica. Em um dos quesitos analisados pelo Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022) – intitulado Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil – que é o nível de adequação das moradias, embora os piores índices sejam da região Norte do Brasil, destacam-se negativamente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro: essas





unidades federativas têm, respectivamente, 10,6% e 12,8% de crianças e adolescentes em privação de moradia adequada.

Diante do exposto, evidencia-se que nenhuma luta que intente promover transformações coletivas eficientes no tocante a cidadania, pode ter sucesso se as dinâmicas espaciais consolidadas nas cidades não forem compreendidas e transformadas. Corroborando com a fala de Melissa Guisar, Berth (2023, p. 26, grifo nosso) afirma que “[...] a cidade não é de todos, para todos e por todos. Não é das mulheres, da negritude, dos indígenas, dos LGBTQIA+, ou seja, não é dos grupos minoritários quando evidenciamos acesso a direitos e a poderes sociais”. Assim sendo, na esteira da defesa dos direitos humanos e, sobretudo das mulheres, lembramos de Marielle Franco; mulher negra, bissexual, “cria da favela da Maré”, feminista e vereadora eleita com 46 mil votos na cidade do Rio de Janeiro, cujo brutal assassinato no ano de 2018 desvelou as faces sórdidas da violência política de gênero no Brasil num tempo que antecedeu um quadriênio de ataques a direitos e à democracia, é hoje símbolo mundial de resistência e luta por uma sociedade equitativa e segura para todas as mulheres, passando por óbvio, pela reivindicação da garantia de acesso e exercício de direitos básicos. Melissa e Marielle são exemplos das e para as que ousam e ousaram “erguer a voz”!

Em prefácio à edição brasileira da obra de bellhooks “Erguer a voz – pensar como feminista, pensar como negra” (HOOKS, 2019, p. 9), Mariléa de Almeida destaca que a produção “articula simultaneamente corpo (a voz), prática (a coragem) e ética (compromisso com a dignidade humana). Três dimensões fundantes nos projetos políticos feministas”. Foi bellhooks a reponsável pela radicalização da máxima feminista “o pessoal é político” e, nesse sentido, as trajetórias de vida de Melissa e Marielle, apontam para a necessidade inerente à condição de mulher, qual seja, a de acessar práticas educativas feministas desde muito cedo bem como ter oportunidades concretas de vivenciar os direitos, os processos e os valores democráticos mediante participação política efetiva em suas comunidades/grupos.

Ao posicionarmos paralelamente a fala de Melissa sobre o desejo de brincar, correr, cantar e estudar sem medo de não voltar a salvo e viva para sua casa, com a fala da irmã de Marielle, a atual Ministra da Igualdade Racial do Brasil, Anielle Franco em seu discurso de posse em 2023 “*A educação e o esporte salvaram a minha vida quando eu saí da Maré*”, constatamos o lugar privilegiado do corpo e, por conseguinte, das práticas corporais e esportivas no desenvolvimento pleno das meninas e mulheres enquanto sujeitas e cidadãs conscientes de seus direitos. O autorreconhecimento e o reconhecimento das desigualdades são pontos-





chave no processo de empoderamento (SARDENBERG, 2018), e, ao considerar as ideias de Gonzalez (2020) que alinhavam o quanto os processos educativos brasileiros levam a população negra a não construir nem mesmo sua consciência de classe e raça, uma educação feminista e antirracista é o terreno no qual, diferentes linguagens e abordagens firmam as raízes da conscientização para a transformação. É para este rumo que o presente estudo (parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento) aponta, ao reunir notas sobre a subjetivação do processo de empoderamento pautadas nas narrativas e pelas vozes da juventude de meninas e jovens mulheres participantes de um programa esportivo implementado em uma favela carioca pela Organização Não-Governamental (ONG) Empodera (EMPODERA, 2017).

PEDAGOGIA FEMINISTA E ANTIRRACISTA PARA O EMPODERAMENTO

O histórico e cultural ordenamento das diferenças sexuais que os corpos de homens e mulheres apresentam, define hierarquias sociais entre os sexos biológicos, mas sobretudo garante condições materiais para vivências desiguais em direitos e experiências de toda natureza, ou seja, sustenta as opressões.

[...] as opressões são um conjunto de práticas sustentada por ideias e ideais de supremacia, que estabeleceu uma organização social baseada nas diferenças biológicas e sexuais (no caso do machismo), fenotípicas (no caso do racismo) e econômicas (no caso da hierarquia de classes). Ou seja, o machismo é mais um elemento ordenador que cria relações assimétricas de poder entre pessoas e grupos e, podemos dizer, está consolidado como uma das hierarquias atuantes na sociedade e em todas as relações e representações (BERTH, 2023, p. 160-161).

Já o racismo, segundo Almeida (2019), é uma decorrência da própria estrutura da sociedade que foi se cristalizando de tal modo a parecer legado a todo indivíduo pela tradição e, por conseguinte, significado como o modo normal de constituição das relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares.

Nesse entrecruzamento de machismo e racismo, posicionam-se as meninas e mulheres negras; no caso específico deste trabalho, as participantes do Programa Uma Vitória Leva à Outra (UVLO) – meninas empoderadas pelo esporte, são moradoras da Cidade de Deus (CDD), um território favelizado que ocupa a 113ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre os 126 bairros da capital carioca, Rio de Janeiro (PORTELA, 2017). Nesse cenário, seus corpos interseccionam inúmeras privações de direitos sociais, bem como são alvos cotidianos das violências de gênero. São negros os corpos que





aparecem em maior número nos índices de assédios sexuais e estupros, inclusive com grave componente etarista: meninas negras são vistas como adultas muito mais cedo que meninas brancas e sofrem as mesmas violências que mulheres negras adultas; entre 2011 e 2017, mais de 45% de abusos sexuais registrados no Brasil foram de meninas negras de 0 até 9 anos de idade e no mesmo período, quando foram analisados os números referentes às meninas brancas, este percentual cai mais de 7%, dado também preocupante. “O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho” (PETRONE, 2019, p. 10). Portanto, se tratando de Brasil e de meninas e jovens mulheres de periferia, programas como o UVLO que buscam o empoderamento dessa população, devem necessariamente pautar suas intervenções não somente em abordagens feministas mas também antirracistas.

O conceito de empoderamento deve ser encarado como instrumento de emancipação política e social, não se propondo a criar e perpetuar ações assistencialistas ou de dependência entre sujeitos, muito menos a fixar regras de como cada um pode contribuir e atuar em suas lutas (BERTH, 2020). De acordo com a autora, sendo aquele que concebeu a Teoria da Conscientização como prática de libertação e estratégias de atuação de grupos, Paulo Freire lançou as bases para o desenvolvimento da Teoria do Empoderamento, quando defendeu que a consciência crítica é a base para ações transformadoras e libertárias diante dos fatos como se dão na existência empírica, instituindo a máxima da educação como um ato político. Neste ponto, congruem também as ideias de bellhooks no tocante à “educação como prática da liberdade”; segundo ela, foi nas salas de aula de escolas segregadas com professoras feministas negras onde aprendeu sobre “o poder transformador do ensino, da pedagogia” (HOOKS, 2019, p. 114). Em sua narrativa, hooks define a pedagogia como uma ciência de ensino que exige diversas estratégias, abordagens, explorações, experimentações e riscos que exprimem o poder político do educar para uma consciência crítica.

As diversas teorizações do feminismo negro e interseccional resignificaram o sentido do poder a ser desenvolvido no processo do empoderamento:

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento tanto de si mesmo quanto de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história e, principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao





seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente, para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e ainda de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que se vive em prol da coletividade (BERTH, 2020, p. 21, grifos nossos).

Retomando bellhooks (2019), que dedicou o capítulo sete de sua obra *Erguer a voz* -, intitulado “por uma pedagogia feminista revolucionária” – a manifestar seu respeito e gratidão às suas professoras da escola, as quais foram as principais referências no disseminar de visões de mundo contestadoras, que ensinavam jovens mulheres negras a reconhecerem e valorizarem o poder e a beleza de seus intelectos. “Elas nos ofereciam um legado de pedagogia libertadora que demandava resistência ativa e rebelião contra o machismo e o racismo. Elas incorporavam ao seu trabalho, a suas vidas [...], um espírito feminista” (HOOKS, 2019, p. 114). Educar sob o esteio das perspectivas feministas e antirracistas é promover intervenções e debates em que o senso de luta perpassa as estratégias e as experiências; aquilo que se propõe enquanto pedagogia feminista deve, pois, envolver e afetar as partes envolvidas no processo educativo de modo que o contexto no qual se inserem se torne mais palpável, real e passível de ser transformado. A educação feminista é, então, solo fértil para o florescer das sementes do empoderamento.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130, grifo nosso).

É salutar que consideremos a variedade de ambientes nos quais podem (e devem) desenrolar-se processos educativos dessa e de qualquer outra natureza, extrapolando o âmbito e modelo escolar. Afinal, como propõe Gohn (2011, p. 333), há aprendizagens e produção de saberes nos espaços denominados não formais; “Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos [...]”.

O Programa UVLO, espaço de educação não formal, por meio de uma pedagogia multiletrada que abarca experiências de escrita, fala, escuta, e também de práticas corporais e





esportivas, passeios, visitas e interações artísticas e culturais, coloca as participantes em contato com artefatos e personalidades de uma história que foi apagada e/ou silenciada, sendo potencialmente capaz de despertar ou resgatar a noção de pertencimento para o fortalecimento de identidades negras, feministas e antirracistas (NOVAIS et al., 2023). Assim sendo, é fundamental para os povos oprimidos pela raça e pelo gênero, como as meninas e mulheres negras moradoras da CDD, entenderem que o lugar de subalternidade social que se materializa em suas existências pode se consolidar como lugar de insurgência, de reivindicação histórica de poder social e talvez principalmanete, de reconhecimento da importância de cada cultura excluída (BERTH, 2023).

PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS PARA A JUVENTUDE

Segundo Collins (2016) o processo de empoderar-se é muito mais um movimento de resposta interna ao estímulo externo do que o contrário. É nessa direção que caminham os pressupostos do Programa UVLO, que baseados em Altman, Ayoub e Amaral (2011), defendem que a prática esportiva favorece o desenvolvimento de habilidades para a vida e de competências pessoais e sociais fundamentais, como a autoconfiança, autoestima, autonomia, liderança, disciplina, persistência, coragem para superar desafios, capacidade de estabelecer metas e desenvolver estratégias para alcançá-las, respeito às regras e às diferenças, espírito de equipe, e outras afins. Pensar o empoderamento pela via das práticas corporais e esportivas justifica-se pela sociabilidade e coletividade que lhe são inerentes; a prática esportiva impacta favoravelmente a ideia de pertencimento e o desenvolvimento das identidades, tanto coletivas quanto individuais, mas sobretudo, quando uma menina se apropria de seu corpo, aumentam as chances de ela compreender o que lhe faz e o que não lhe faz bem, e de exigir que sua integridade física e psicológica seja respeitada, contribuindo para o enfrentamento às violências contra meninas e mulheres com vistas a assegurar seu pleno exercício como cidadãs (ONU MULHERES, 2020).

Ademais, a promoção de maior participação de meninas e mulheres no mundo esportivo, contribui para desestabilização e futura erradicação dos estereótipos nocivos de gênero que as interpelam em diferentes fases da vida, a se aproximarem ou se distanciarem de determinadas atividades em todos os âmbitos, como os da prática esportiva, do estudo e da atuação profissional. É também comprovado o fato de que a inequidade nas condições de acesso e, por vezes, da insegurança dos ambientes esportivos, não restringe-se ao domínio





da prática; o modelo de educação majoritariamente machista baseado em normas e padrões que buscam naturalizar os comportamentos e os modos de expressão das feminilidades e masculinidades permitidas culturalmente, se reflete também na condição não equânime entre homens e mulheres no mundo do trabalho e práticas de lazer, por exemplo (NOVAIS; MOURÃO, 2020).

Uma vez que a eficiência das ações voltadas ao desenrolar do processo de empoderamento passam pela tomada de consciência acerca da necessidade de mobilização coletiva, um Currículo como o do Programa UVLO (UMA VITÓRIA LEVA À OUTRA, 2017) que extrapola o aspecto prático das modalidades esportivas e que trabalha com uma pedagogia feminista e antirracista, pode ser um espaço profícuo ao alcance deste fim.

Ele visa garantir que meninas e mulheres possam participar, trabalhar com, governar e desfrutar do esporte em igualdade de condições. O programa foi reconhecido como um legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e, em sua segunda fase, de 2018 a 2021, treinou organizações esportivas a trabalhar com o empoderamento de meninas através do esporte e, assim, garantir resultados de longo prazo na quebra do ciclo da violência. (UMA VITÓRIA LEVA À OUTRA, 2021).

Atendendo à faixa etária de 10 a 18 anos, o UVLO foi implementado inicialmente num formato de quatro Módulos com 40 sessões. No ano de 2021, período efetivo de coletas no campo, outro formato foi executado em função da crise sanitária então instaurada: um ciclo de intervenções online com 19 encontros e dois meses de intervenções presenciais com protocolos de segurança e com adaptações curriculares para somente um Módulo denominado "Fundamentos adaptados para Distanciamento Social da COVID-19" que foi implementado em 16 sessões com duração de 3 horas por duas vezes na semana; durante as sessões, as participantes debatiam temáticas feministas e antirracistas em oficinas com duração de uma hora, seguindo na hora seguinte para a prática esportiva prevista no Currículo e finalizando com a vivência da capoeira e do judô. Esses momentos eram mediados por duas Facilitadoras (uma da ONG Empodera e uma da Casa Dona Amélia, instituição da CDD), uma professora de Educação Física da Empodera e uma profissional específica da modalidade vivenciada.

Pautadas na abordagem chamada por Segato (2015, p. 13) de Antropologia por Demanda, isto é, guiada pela demanda das partes que antes eram objeto passivo de nossa observação; "uma antropologia atenta questionada pelo que estes sujeitos nos pedem como conhecimentos válidos que lhes possam servir para aceder a um maior bem-estar, recursos e,





sobretudo, à compreensão dos seus próprios problemas” e tendo a “escuta etnográfica” como procedimento (SEGATO, 2012), nos valem de análises documentais (CELLARD, 2014) que perpassam todo o período da pesquisa e de entrevistas semiestruturadas para compor a análise dos dados, feita sob a égide da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979). No recorte aqui elaborado, nos referimos somente à observação do período de intervenções presenciais cujas sessões acompanhadas foram a *Sessão 2: O corpo fala*; *Sessão 6: Identidade racial*; *Sessão 7: Corpos, emoções e sexualidade*; *Sessão 9: Métodos contraceptivos e IST's*; *Sessão 12 – Violência contra as mulheres*; e *Sessão 15: Trabalho, esportes e profissões* e às entrevistas concedidas por três participantes (identificadas a seguir pela letra “P” seguida por um número correspondente à ordem de concessão da entrevista) cujas narrativas protagonizam as discussões da próxima seção.

“LUGAR DE ESCUTA”: O EMPODERAMENTO PELAS VOZES DELAS

Lugar de escuta foi como as participantes significaram o ambiente do Programa UVLO na Casa Dona Amélia durante as 8 semanas de encontros. É fundamental que os “nossos olhares sobre o empoderamento” se projetem pela lente delas já que toda ação pensada pelo prisma da Teoria do Empoderamento visa rupturas nas estruturas de poder de modo ativo e processual, tendo caráter individual e coletivo (LEÓN, 2001) e também porque:

[...] uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por cair nas raias do pensamento liberal, servindo, assim, de sustentação do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria a necessidade de haver um processo de empoderamento (BERTH, 2020, p. 53-54).

Nesse sentido, perguntamos às meninas nas entrevistas se elas conseguiam identificar quais eram os objetivos do Programa UVLO.

Acho que o objetivo do programa é conscientizar a gente de qualquer abuso que a gente esteja sofrendo ou de coisas que a gente não sabia. Eu, por exemplo, não sabia de muita coisa e eu comecei a aprender. Eu não sabia que eu tinha direito de... de ter... eu esqueci a palavra. Era alguma coisa sobre escola. Eu tinha direito a alguma coisa da escola, eu tinha direito disso, daquilo, eu não sabia de nada disso. Pra mim, caguei. O professor e a diretora cagaram.... Aí depois que eu vim pra cá, é... Eles começaram, a conscientizar todo mundo, falam sobre coisas que muita gente não fala. Muito menos eu porque na minha família eles não conversam sobre nada disso. Eles falam o básico e você que se vire. Então eu aprendi muita coisa. Eu acho que o objetivo mesmo era fazer a gente aprender, se conhecer e se empoderar mais. Saber mais sobre a gente e etc. Acho que é isso (P1, grifos nossos).





Eles escutavam a gente pelo jeito que a gente via o mundo, as coisa, entendeu? (P2).

Queria que a gente aprendesse um esporte, queria que a gente aprendesse que lá era um lugar seguro, que a gente podia conversar, que a gente podia falar, se a gente precisasse podia procurar elas (P3).

No primeiro grifo, a adolescente P1 está se referindo a uma situação de abuso que sofreu de um professor na sua escola. Ela socializou a questão com o grupo na “Sessão 7 – Corpos, emoções e sexualidade” após o relato de uma colega que narrou ter sido ensinada pela mãe a não permitir que ninguém tocasse seu corpo sem permissão. Diante disto, a adolescente vítima de abuso alega não ter tido *infelizmente* uma orientação a respeito e que isso acontece de onde menos se espera. Segue dizendo que antes de passar por isso, dizia a si mesma “*se me tocar, eu vou pegar!*” (fazendo gesto relativo a bater na pessoa), mas que no momento em que o abuso acontece “*you não entende e fica sem reação; acha que é normal porque as pessoas se usam das profissões*”. Terminou dizendo que por muito tempo sentiu-se culpada mas que agora já entendia que não teve culpa alguma. Neste momento, a facilitadora da Casa Dona Amélia destaca que nem todas as meninas têm suporte e educação para lidarem com os abusos e que por isso é tão importante que conheçam seus corpos e seus direitos.

Nesse sentido, o segundo grifo aponta para uma das dimensões fundamentais da Teoria do Empoderamento que é o autorreconhecimento. O prefixo “auto” indica que os processos de empoderamento, ainda que recebam estímulos externos diversos, são uma movimentação de tomada de consciência ou despertar de potencialidades já existentes que definirão estratégias de enfrentamento palpáveis (BERTH, 2020).

Sendo o esporte um segmento potente para consolidação de tais estratégias, as participantes foram indagadas sobre considerarem o esporte como um aliado na luta das mulheres por direitos e oportunidades equitativas, ou seja, na luta feminista, e se acreditam que ele pode ajudar de alguma maneira nas transformações sociais desejadas.

Sim. Porque se um grupo, uma, duas mulheres forem num esporte que é considerado pra homens, já começa a mudar a mente de muita gente. Porque eu achava que o jiu-jitsu era só pra menino e que eu tinha que fazer balé e que isso que aquilo. Até alguns anos atrás eu nunca tinha visto um bailarino homem! E nem uma judoca mulher. Aí depois eu fui vendo que não, tinha sim muita gente, era eu que não conhecia por causa da informação que não chegava e etc. Mas eu acho que é inspirador quando tem mulheres no esporte que são considerados masculino (P1).





Pode. Porque a menina que fez junto comigo já foi pra Dubai, já foi pra vários países (P2).

Acho que sim. Porque na capoeira a gente viu que tem que ter o respeito.(...) Todo o lance do respeito, da...do comportamento. Eu não sei explicar muito bem mas é basicamente isso (P3).

As narrativas nos permitem notar o quão importantes são as referências femininas presentes em determinadas posições sociais para o despertar ou para o fortalecimento das pares. Na “Sessão 15 – Trabalho, esportes e profissões”, por exemplo, a facilitadora da Casa Dona Amélia começou perguntando-as “O que querem ser? Já se imaginaram em alguma profissão?” e dentre as respostas (*Confeiteira; Veterinária; Enfermeira; Médica; Advogada; Química*) uma das participantes disse “*Funkeira! Artista...quero ser a MC Mirella negra*”. Na parte da prática esportiva dessa mesma sessão, as meninas jogaram uma “Queimada” na qual tinham alvos colocados em seus troncos com nomes de profissões ligadas aos esportes. No momento de reflexão sobre a prática, foram questionadas se, em todas aquelas funções, as mulheres poderiam atuar e todas concordaram que sim; apresentaram também consciência sobre haver desigualdades nas oportunidades para que possam ocupar esses cargos, dando exemplos de seu cotidiano: “*Futebol, por exemplo, aqui na favela é praticamente só menino que joga!*”. A partir dessa intervenção, a professora de Educação Física da Empodera e a facilitadora da Casa Dona Amélia, seguiram problematizando sobre a participação das meninas, sobre os desafios mas principalmente focando sempre na questão “*Como mudar?*”; e a essa altura do ciclo de intervenções (penúltima sessão), duas respostas chamaram atenção:

Protestar! (P2).

Ir pra rua pedir pelos direitos. Já conseguimos muito mas ainda falta muito e até dentro do feminismo tem desigualdade. Isso atrapalha. A gente tem é que estar unidas. Ai as feministas Marxistas...é assim que fala?! Então, diz que é assim...Ai vem a do feminismo...feminismo negro e diz não, não é assim...Ai vem as radicais!!! Não dá... (P1).

Diante da segunda fala, a dupla responsável pela intervenção reforçou o quanto é preciso que “*estejamos fortalecidas sobre quem somos. Que saibamos nossa identidade*” com a consciência de que, além de nossos esforços, necessitamos também de uma rede de apoio e de espaços e oportunidades seguras. Não obstante, é preciso lembramos que “encontrar a voz num ambiente seguro” não é suficiente se não houver uma discussão rigorosa e crítica (HOOKS, 2019), que neste caso em específico, passa também pela compreensão, mesmo que não aprofundada, das incongruências e disputas inerentes aos movimentos feministas.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não basta saber ler que “Eva viu a uva”. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (Paulo Freire – A educação na cidade, 2001).

Diante da expressiva quantidade de registros reunidos no tempo decorrido de pesquisa, as notas aqui sistematizadas dão uma singela noção de como o processo de empoderamento vem se concretizando no UVLO sob a perspectiva apenas das participantes. Por esse prisma, é possível afirmar que a pedagogia feminista e antirracista adotada tem subjetivado as meninas e jovens mulheres da CDD, em no mínimo, três das quatro dimensões fundamentais do empoderamento: a cognitiva (visão crítica da realidade); a psicológica (autoestima) e a política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e mobilizar) (STROMQUIST, 2002 apud SARDENBERG, 2006). A quarta dimensão, a saber, é a econômica (capacidade de gerar renda independente) que não ocupa lugar privilegiado no Currículo UVLO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALTMAN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Revista estudos feministas**, v. 19, n. 2, p. 491-501, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1979.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women’s empowerment: new concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (Eds.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston, USA: Harvard University Press, 1994.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean e colaboradores. **A pesquisa qualitativa enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.





CAZDEN, Courtney e colaboradores. **Uma pedagogia dos multiletramentos**: desenhando futuros sociais. Belo Horizonte, MG: LED, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista sociedade & estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EMPODERA. Quem somos. Disponível em: <<http://www.empodera.org.br/sobre-a-empodera/nossa-historia/>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

IPEA. Atlas 2023: **Violência contra mulher**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/276/atlas-2023-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. Münster: UnrastVerlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, n. 13, p. 94-106, 2001.

NOVAIS, Mariana Cristina Borges Novais.; MOURÃO, Ludmila. As treinadoras do futebol de mulheres no Brasil: desafios, estratégias e resistências. In: MARTINS, Mariana Zuaneti; WENETZ, Ileana (Orgs.). **Futebol de mulheres no Brasil**: desafios para as políticas públicas. Curitiba, PR: CRV, 2020.

NOVAIS, Mariana Cristina Borges Novais e colaboradores. "Uma vitória leva à outra": práticas de letramento e empoderamento para meninas e jovens mulheres da Cidade de Deus. **Peer Review**, v. 5, n. 21, p. 568-584, 2023.

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais Femicídios**. Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

_____. Mulheres e meninas no esporte podem mudar o jogo global. 2020. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-meninas-no-esporte-podem-mudar-o-jogo-global/>>. Acesso em: 14 jan. 2023.





PETRONE, Talíria. Sobre feminismo para os 99%. In: ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy (Orgs.). **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PORTELA, Jacob Augusto Santos. **Diagnóstico Cidade de Deus**. Roda de conversa “olhares sobre a Cidade de Deus no contexto de crescimento da violência”. Rio de Janeiro: Núcleo de Gestão Social/Farmanguinhos, 2017.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: Seminário Internacional Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, 1. **Anais...** Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2006.

_____. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão social**, v. 11, n. 2, p. 15-29, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, v. 18, p. 106-131, 2012.

_____. **La crítica de ladecolonialidaden 8 ensaios y una antropologia por demanda**. Buenos Aires, Argentina: PrometeoLibros, 2015.

UMA VITÓRIA LEVA À OUTRA. Currículo uma vitória leva à outra. 2017. Disponível em: <<http://www.umavitorialevaaoutra.org.br/curriculo>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. **Sobre o programa**. 2021. Disponível em: <<http://www.umavitorialevaaoutra.org.br/sobre-o-programa>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UNICEF. **As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil**. Brasília, DF: Unicef, 2022.

Dados da primeira autora:

Email: maribnovais@hotmail.com

Endereço: Rua Doutor José Barbosa, 166/502, São Mateus, Juiz de Fora, MG, CEP: 36025-270, Brasil.

Recebido em: 28/02/2024

Aprovado em: 02/04/2024

Como citar este artigo:

NOVAIS, Mariana Cristina Borges e colaboradores. Pedagogia feminista e antirracista: notas sobre práticas esportivas e o empoderamento da juventude na favela. **Corpoconsciência**, v. 28, e.17228, p. 1-15, 2024.

